

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.º o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e

Relatório da Administração

reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população ca- rente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2015.

Professor Dr. Ronald Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	2014					2013				
	Com restrição Área Saúde	Sem restrição Área Saúde	Com restrição Assistência	Consolidado SPDM	Consolidado SPDM	Com restrição Área Saúde	Sem restrição Área Saúde	Com restrição Assistência	Consolidado SPDM	Consolidado SPDM
Ativo Circulante	2.206.111.236,85	53.304.043,07	13.032.851,22	2.272.448.131,14	1.043.528.353,53					
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	214.136.409,91	7.732.181,80	2.248.623,92	224.117.215,63	257.620.512,25					
Caixa	35.602,83	1.407,22	-	37.010,05	26.250,00					
Bancos conta movimento	21.289.036,62	2.387.377,44	18.480,58	23.694.894,64	30.652.211,01					
Aplicações										
Financeiras (Nota 3.2)	192.811.770,46	5.343.397,14	2.230.143,34	200.385.310,94	226.942.051,24					
Clientes (Nota 3.3)	1.783.662.923,85	18.441.484,50	10.761.004,85	1.812.865.413,20	687.438.731,73					
Convênio SUS	-	18.218.607,95	-	18.218.607,95	15.545.995,10					
Assistências Governa- mentais a receber	166.601.267,99	-	-	166.601.267,99	61.965.644,12					
Convênio Prefeitura Município São Paulo	-	-	-	-	108.326,66					
- Hospital Vereador José Storopoli	-	-	-	-	-					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - Hospital Pirajussara	84.953.988,00	-	-	84.953.988,00	499.883,00					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo-Hospital Diadema	80.667.904,12	-	-	80.667.904,12	926.598,00					
Secretaria Direitos Pessoas com Deficiência	-	-	10.669.370,71	10.669.370,71	-					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo-Hospital Mogi	113.483.856,78	-	-	113.483.856,78	-					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo-Núcleo Várzea Carmo	13.725.120,68	-	-	13.725.120,68	-					
Prefeitura Município de São José dos Campos	172.481.825,10	-	-	172.481.825,10	80.540.595,37					
Prefeitura Município de Guarulhos	9.600.000,00	-	-	9.600.000,00	6.800.000,00					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - C.S.V. Mariana	-	-	-	-	1.757.796,00					
Prefeitura do Município de Campinas	95.737.818,43	-	-	95.737.818,43	6.921.020,42					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - AME São José Campos	15.900.939,42	-	-	15.900.939,42	-					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - CAPS Itapeva	-	-	-	-	1.950.000,00					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - NGA Sta Cruz	5.070.646,00	-	-	5.070.646,00	950.160,00					
Prefeitura Município São Paulo - Hospital Microrregião V.Maria	8.648.812,47	-	-	8.648.812,47	7.833.484,48					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo-CEAC Zona Leste	23.865.021,40	-	-	23.865.021,40	1.863.971,87					
Scr. Saúde do Estado São Paulo - H.Dr Euryclides Jesus Zerbini	-	-	-	-	-					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - AME Psiq. Dra Jandira Masur	-	-	-	-	-					
Prefeitura Municipal Uberlândia	23.220.431,76	-	-	23.220.431,76	4.165.143,24					
Prefeitura Município de Taboão da Serra	-	-	-	-	-					
Prefeitura Município de São Paulo - PSMVM Baixa	2.890.196,34	-	-	2.890.196,34	25.270,66					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo-CR Lucy Montoro	10.418.591,21	-	-	10.418.591,21	-					
AME Taboão	4.885.888,00	-	-	4.885.888,00	-					
Convênio Alcoa Juruti	4.222.398,36	-	-	4.222.398,36	3.437.774,34					
Prefeitura Municipal de São Paulo	15.591.459,80	-	-	15.591.459,80	-					
Valor Estimado - Rescisão de Contrato	185.463.163,08	222.876,55	91.634,14	185.777.673,77	124.976.414,86					
Secretaria de Saúde do Estado	16.058.842,42	-	-	16.058.842,42	-					
Prefeitura Municipal de Taboão da Serra	84.148.707,58	-	-	84.148.707,58	3.302.031,49					
Prefeitura Municipal de São Paulo	6.626.220,34	-	-	6.626.220,34	6.128.760,00					
Secretaria de Saúde do Estado	15.485.150,14	-	-	15.485.150,14	1.323.136,26					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - Projeto Helvética	10.381.092,70	-	-	10.381.092,70	-					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - Instituto de Ensino	251.050,00	-	-	251.050,00	-					
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - Hospital Geral de Guarulhos	156.228.000,00	-	-	156.228.000,00	-					
Prefeitura Municipal de Diadema - PAIS	10.663.289,33	-	-	10.663.289,33	10.946.949,51					
Prefeitura Município de Caraguatuba - PAIS	-	-	-	-	468.395,13					
Prefeitura Município de São Paulo - PAIS	24.983.515,10	-	-	24.983.515,10	70.931.169,16					
Prefeitura Município de Suzano - PAIS	-	-	-	-	4.351.517,54					
Prefeitura Município Rio de Janeiro - PAIS-RJ	17.329.838,02	-	-	17.329.838,02	3.396.258,80					
UPA João XXIII	615.430,44	-	-	615.430,44	950.268,85					
Total do Ativo										
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.										
Passivo	2014					2013				
	Com restrição Área Saúde	Sem restrição Área Saúde	Com restrição Assistência	Consolidado SPDM	Consolidado SPDM	Com restrição Área Saúde	Sem restrição Área Saúde	Com restrição Assistência	Consolidado SPDM	Consolidado SPDM
Passivo Circulante	1.983.156.690,75	146.228.420,05	13.032.851,22	2.142.417.962,02	1.078.559.916,85					
Fornecedores	36.612.244,30	14.451.073,27	17.133,00	51.080.450,57	41.054.154,86					
Serviços de Terceiros										
Pessoa Física/Jurídica	30.706.891,76	3.458.490,18	25.635,19	34.191.017,13	23.317.586,92					
Cheques emitidos a compensar	-	3.916.563,15	-	3.916.563,15	4.938.870,25					
Salários a pagar	105.018.413,70	9.441.734,63	68.389,72	114.528.538,05	96.058.684,41					
Contribuições a recolher	41.330.738,81	16.512.785,97	23.713,74	57.867.238,52	49.745.406,96					
Provisão de férias (Nota 3.6)	152.942.060,45	15.262.518,12	58.580,89	168.263.159,46	141.296.545,03					
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.6)	12.234.957,54	1.216.799,17	4.686,47	13.456.443,18	11.308.622,73					
Provisão para 13º salário (Nota 3.8)	74,56	-	-	74,56	-					
Provisão de despesas com quitações (Nota 3.7)	189.685.765,31	222.876,55	91.634,14	190.000.276,00	268.038.222,91					
Impostos a recolher	35.738.398,87	3.128.900,66	18.135,09	38.885.434,62	35.359.995,04					
Obrigações Tributárias	5.107.150,33	581.580,87	594,54	5.689.325,74	4.202.198,00					
Provisão de despesa Tributária (Notas 3.10 e 3.11)	-	-	-	-	2.399,96					
Empréstimo a funcionário										
Lei 10.820/03	1.649.412,75	394.036,67	-	2.043.449,42	2.066					

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Construções de					
Bens em Andamento	1.503.138,28	8.278.964,83		- (4.976.027,13)	12.465.692,35
Bens móveis	352.021,24	1.522.071,49		- (672.321,93)	1.201.770,80
Bens Imóveis	8.810.733,41	6.756.893,34		- (4.303.705,20)	11.263.921,55
Bens Móveis	26.244.070,90	4.256.123,93	(814.357,92)	(2.287,72)	29.683.549,19
Aparelhos, Equipamento					
Utensílios Medicos					
Odontológicos Laboratório	15.138.120,86	1.595.472,27	(618.394,54)	302.830,53	16.418.029,12
Equipamento Proteção/ Segurança/Socorro	130.001,00				130.001,00
Equipamento Processamento					
Dados	1.265.464,31	322.956,48	(20.938,83)	313,00	1.567.794,96
Mobiliário em Geral	3.263.036,37	946.324,30	(110.694,00)	30.101,40	4.128.768,07
Máquina Utensílios					
e Equipamentos Diversos	1.507.155,23	164.797,49	(6.902,55)	11.047,00	1.676.097,17
Veículos de Tração Mecânica	875.350,53		(15.156,00)		860.194,53
Aparelhos de Medicção	70.346,50	39.465,75	(632,00)		109.180,25
Aparelhos e Equipamento					
Comunicação	131.277,74	42.172,72	(3.486,00)	1.480,00	171.444,46
Aparelhos e Utensílios					
Domésticos	1.342.564,42	724.699,64	(23.555,00)	7.042,00	2.050.751,06
SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - CTO de Tecnol e Inclusão Social, Rodovia dos Imigrantes, KM 11, Vila Guarani, CEP 04.329-000 - São Paulo/SP, Parque das Fontes do Ipiranga, CNPJ Nº 61.699.567/0048-56.					
5.3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem a Resolução 1.409/12 (ITG 2002).					
3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.					
3.2-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.					
3.3-Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais.					
3.4-Estoques: Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados, não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16)).					
3.5-Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.					
3.6-Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.					
3.7-Provisão para rescisão de contratos: Em virtude de um grande número de suas unidades terem por base contratos de gestão e convênios públicos, a Entidade adota em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e constitui provisões para rescisões de contrato.					
3.8-Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.					
3.9-Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa: A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização. Assim, a PCLD na SPDM está fundamentada na análise das operações de crédito em aberto, efetuada pela Administração para determinar qual o montante está enquadrado nas condições estabelecidas, considerando-se o tempo máximo (três anos) em que um montante possa ser recebido, baseado na experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira.					
3.10-Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor da realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas.					
3.11-Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências, além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizações, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2014 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 3.643.940.310,57 Do referido montante, R\$ 2.700.000.000,00 referem-se a 04 ações populares propostas pelo mesmo autor solicitando a Anulação da Renovação do Certificado CEBSA conferido à SPDM em diversos períodos e a declaração de invalidade dos efeitos da MP 446, artigo 37, o qual estabelecia que os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social protocolizados, que ainda não tinham sido objeto de julgamento por parte do CNAS até a data de publicação da Medida Provisória (07/11/2008), considerar-seiam deferidos. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2014, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 53.100.688,06 Com relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável" os valores se encontram provisionados em contas do passivo. Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 1.183.199.502,04. Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face ao caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal (nota explicativa sobre imunidade).					
3.12-Contingências Ativas: Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dêem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço.					
3.13-Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Límitares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade da Matriz, das filiais; Hospital de Vila Maria, Hospital Geral de Pirajussara e Hospital Estadual de Diadema de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a uma alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBSA, fazem jus a imunidade sobre contribuição para PIS.					
3.14-Apuração do Resultado: O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. Em 31/12/2014 a Associação apresentou um déficit de R\$ 17.890.583,28 (Dezessete Milhões, Oitocentos e Noventa Mil, Quinhentos e Oitenta e Três Reais e Vinte Oito Centavos) enquanto que em 2013 esse déficit foi de R\$ 4.379.572,72.					
3.15-Imobilizado: O imobilizado da SPDM é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos como recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada como recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os itens do imobilizado adquiridos até 30/11/2011 foram mensurados ao custo atribuído (deemed cost) em consonância com a lei nº 11.638/2007, CPC 01, CPC13, CPC 27, e ITG 2002. Os bens adquiridos, a partir de 01/01/2012 foram mensurados pelo custo histórico de aquisição e todos são reduzidos pelo depreciação e /ou amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Um impairment é contabilizado em uma unidade geradora de caixa, aqui definida como sendo a matriz ou uma das filiais (CPC 01), quando o valor recuperável de um conjunto de bens for inferior ao valor contábil. A Diretoria entendeu que ao final do exercício ora encerrado, todos os ativos mantinham-se registrados por valores recuperáveis, razão pela qual nenhum impairment foi contabilizado de 2013. A política da Entidade é de utilização dos ativos até esgotar a durabilidade e a validade dos materiais, sendo que ao final são descartados como sucatas, exceto os veículos, que são alienados a valores de mercado ao final de suas vidas úteis. A Missão e os Valores Institucionais impõem uma política de expansão contínua de espaço físico. Quando uma edificação deixa de atender às necessidades ela é readequada, sendo demolida parcial ou total e os valores residuais são baixados como perdas na conta de resultados e os custos da ampliação ou reconstrução são reconhecidos nas contas do imobilizado, em conformidade com o CPC 27. Em 2014 a SPDM apresentou a seguinte movimentação em suas contas patrimoniais:					
Descrição	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Construções de					
Bens em Andamento	1.503.138,28	8.278.964,83		- (4.976.027,13)	12.465.692,35
Bens móveis	352.021,24	1.522.071,49		- (672.321,93)	1.201.770,80
Bens Imóveis	8.810.733,41	6.756.893,34		- (4.303.705,20)	11.263.921,55
Bens Móveis	26.244.070,90	4.256.123,93	(814.357,92)	(2.287,72)	29.683.549,19
Aparelhos, Equipamento					
Utensílios Medicos					
Odontológicos Laboratório	15.138.120,86	1.595.472,27	(618.394,54)	302.830,53	16.418.029,12
Equipamento Proteção/ Segurança/Socorro	130.001,00				130.001,00
Equipamento Processamento					
Dados	1.265.464,31	322.956,48	(20.938,83)	313,00	1.567.794,96
Mobiliário em Geral	3.263.036,37	946.324,30	(110.694,00)	30.101,40	4.128.768,07
Máquina Utensílios					
e Equipamentos Diversos	1.507.155,23	164.797,49	(6.902,55)	11.047,00	1.676.097,17
Veículos de Tração Mecânica	875.350,53		(15.156,00)		860.194,53
Aparelhos de Medicção	70.346,50	39.465,75	(632,00)		109.180,25
Aparelhos e Equipamento					
Comunicação	131.277,74	42.172,72	(3.486,00)	1.480,00	171.444,46
Aparelhos e Utensílios					
Domésticos	1.342.564,42	724.699,64	(23.555,00)	7.042,00	2.050.751,06
SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - CTO de Tecnol e Inclusão Social, Rodovia dos Imigrantes, KM 11, Vila Guarani, CEP 04.329-000 - São Paulo/SP, Parque das Fontes do Ipiranga, CNPJ Nº 61.699.567/0050-70.					
SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - CTO de Tecnol e Inclusão Social, Rodovia dos Imigrantes, KM 11, Vila Guarani, CEP 04.329-000 - São Paulo/SP, Parque das Fontes do Ipiranga, CNPJ Nº 61.699.567/0050-70.					

Maquinás e Equipamento de Natureza Industrial	958.366,45	75.512,26	-	2.454,00	1.036.332,71				
Máquinas e Equipamentos Energéticos	476.838,29	34.882,18	(3.320,00)	101.514,00	609.914,47				101.721.633,51
Máquinas e Equipamentos Gráficos	35.500,00	-	(528,00)	-	34.972,00				212.535.533,77
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	260.985,28	58.188,23	(7.532,00)	1.718,00	313.359,51				
Máquinas e Utensílios de Escritório	6.358,80	323,30	(684,00)	123,00	6.121,10				3.811.371,15
Máquinas Ferramentas e Utensílio de Oficina	61.898,00	21.263,54	(1.871,00)	421,00	81.711,54				(114.625.271,41)
Outros Materiais Permanentes	4.622,12	-	-	(4.622,12)	-				
Bens Permanentes-Incorporação	716.185,00	-	(664,00)	(715.521,00)	-				
Rede de Gases Medicinais	-	230.065,77	-	258.811,47	488.877,24				
Edificações	80.992.481,81	3.827.116,72	(1.419.498,99)	-	83.400.099,54				
Imóvel-Napoleão de Barros, 715	30.458.081,81	3.464.725,19	(1.269.067,87)	-	32.653.739,13				
Imóvel-Napoleão de Barros, 726	326.000,00	-	-	-	326.000,00				
Imóvel-Napoleão de Barros, 754	2.550.000,00	-	-	-	2.550.000,00				
Imóvel-Napoleão de Barros, 800	2.200.000,00	-	-	-	2.200.000,00				
Imóvel-Napoleão de Barros, 875 Apartamento 1	266.000,00	-	-	-	266.000,00				
Imóvel-Napoleão de Barros, 589	170.000,00	-	-	-	170.000,00				160.208,60
Imóvel-Napoleão de Barros, 737	26.400.000,00	261.242,50	(94.682,96)	-	26.566.559,54				184.734,33
Imóvel-Napoleão de Barros, 771/781	5.300.000,00	29.805,20	-	-	5.329.805,20				111.377,51
Imóvel-Borges Lagoa, 778, 786 e 790	3.280.000,00	-	-	-	3.280.000,00				3.587,50
Imóvel-Borges Lagoa, 849	388.000,00	-	-	-	388.000,00				69.769,32
Imóvel-Borges Lagoa, 783 Sala 1 e Sala 2	2.600.000,00	-	-	-	2.600.000,00				(24.525,73)
Imóvel-Pedro de Toledo, 950	392.000,00	-	-	-	392.000,00				(24.525,73)
Imóvel-Pedro de Toledo, 840	529.125,00	-	-	-	529.125,00				
Imóvel-Pedro de Toledo, 844	3.720.875,00	-	-	-	3.720.875,00				
Imóvel-Varpa, 40	218.400,00	-	-	-	218.400,00				
Imóvel-Botucatu, 806	314.000,00	71.343,83	(55.748,16)	-	329.595,67				160.208,60
Imóvel-Borges Lagoa, 219	1.880.000,00	-	-	-	1.880.000,00				2.523.636,59
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	363.874,79	68.303,20	(43.986,20)	-	388.191,79				(819.538,78)
Benfeitorias Propriedades Terceiros	363.874,79	68.303,20	(43.986,20)	-	388.191,79				
Terrenos	87.761.600,00	-	-	-	87.761.600,00				
Napoleão de Barros, 715	14.800.000,00	-	-	-	14.800.000,00				1.864.306,41
Napoleão de Barros, 726	489.000,00	-	-	-	489.000,00				
Napoleão de Barros, 754	7.650.000,00	-	-	-	7.650.000,00				
Napoleão de Barros, 800	4.600.000,00	-	-	-	4.600.000,00				
Napoleão de Barros, 875 Apartamento 1	399.000,00	-	-	-	399.000,00				
Napoleão de Barros, 589	255.000,00	-	-	-	255.000,00				
Napoleão de Barros 737	7.380.000,00	-	-	-	7.380.000,00				
Napoleão de Barros, 771/781	14.800.000,00	-	-	-	14.800.000,00				
Borges Lagoa, 778, 786 e 790	4.920.000,00	-	-	-	4.920.000,00				
Borges Lagoa, 777	3.880.000,00	-	-	-	3.880.000,00				
Borges Lagoa, 849	582.000,00	-	-	-	582.000,00				
Pedro de Toledo, 950	588.000,00	-	-	-	588.000,00				
Pedro de Toledo, 840	2.989.980,00	-	-	-	2.989.980,00				
Pedro de Toledo, 844	19.610.020,00	-	-	-	19.610.020,00				
Varpa, 40	327.600,00	-	-	-	327.600,00				
Botucatu, 806	471.000,00	-	-	-	471.000,00				
Mirassol, 300	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00				
Borges Lagoa, 219	2.820.000,00	-	-	-	2.820.000,00				
Depreciação/Amortização Acumulada	(11.631.626,98)	(6.533.978,54)	585.037,06	-	(17.705.093,16)				31/12/2014
Bens Moveis	(7.599.876,77)	(4.467.005,91)	520.970,90	-	(11.545.911,78)				
Bens Imóveis	(4.031.750,21)	(2.066.972,63)	64.066,16	-	(6.034.656,68)				
Amortização de Benfeitorias	-	(124.524,70)	-	-	(124.524,70)				
Imobilizado-Bens de Terceiros (Nota 3.15.1)	86.230.368,16	18.134.174,65	(2.642.909,30)	-	101.721.633,51				4-Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais - fiscais. 4.1-Das Receitas Operacionais: As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade através do Sistema Único de Saúde - SUS, receitas de convênios privados e pacientes particulares, além dos recursos de uso restrito representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas das esferas federais, estaduais e municipais. 4.2-Dações: Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. 4.3-Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. 4.3.1- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo): A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão e convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber (Ativo não Circulante) e Valores de Terceiros (Passivo não circulante). 4.3.2- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos (Valores de Curto Prazo): Os valores individualizados referentes ao exercício de 2.014 de cada um dos contratos de gestão ou convênios com órgãos públicos encontram-se apresentados de forma analítica na tabela abaixo por CNPJ.
									CNPJ nº 61.699.567/0001-92
Convênios/Contratos									R\$
Convênio - 40/2012 -T.A 01/2013 -Moder Hospital Universitários									3.827.926,98
Convênio - 83/2013 -Integração e Cooperação									4.700.000,00
Convênio - 03/2014 - Integração e Cooperação									51.700.000,00
Convênio - 272/2014 - Visão do Futuro									1.142.933,34
Convênio - 792694/13 - Capacitação á Saúde da Criança									2.100.000,00
Convênio - 1247/14 - Custo de Emergencial									5.000.000,00
Convênio - 773691/12 - Cama Hospitalar									500.000,00
Convênio - 758657/11 - Cama Hospitalar									500.000,00
Convênio - 765392/11 - Aquisição Equipamentos - CEDIR									425.000,00
Convênio - 773311/12 -Longarina									300.000,00
Convênio Kayapó 798365/2013									11.031.640,43
Convênio Xavantes 798345/2013									16.831.408,43
Convênio Xingu 798353/2013									13.938.625,28
Convênio Kayapó 798366/2013									7.498.852,99
Convênio Altamira 798349/2013									5.859.116,43
Convênio Rio Tapajós 798355/2013									16.853.893,75
Convênio Guamá TO 798363/2013									21.387.145,03
Convênio Araguaia 798358/2013									9.574.216,62
Convênio Cuiabá 798360/2013									11.269.837,65
Convênio Alto Rio Juruá 758155/2011									3.231.182,74
Convênio Tocantins 758166/2011									2.836.154,14
Convênio Alto Rio Purus758167/2011									2.682.841,96
Total									193.190.775,77
Convênios/Contratos									CNPJ nº 61.699.567/0002-73
Convênio 010/2009 São Paulo PSF									R\$
Convênio 038/2009 Povos Indígenas									154.876.410,88
Convênio 053/2009 COTP									906.123,90
Convênio 016/2009 AMA SP	</td								

CNPJ Nº 61.699.567/0011-64	
Convênios/Contratos	
283/2014	R\$ 6.019.404,22
1118/2014	4.540.000,00
1282/2014	351.000,00
Total	10.910.404,22
CNPJ Nº 61.699.567/0012-45	
Convênios/Contratos	
24.900/11 - Termo Aditivo	R\$ 81.528.125,51
24.900/11 - Termo Aditivo	56.858.000,00
Total	138.386.125,51
CNPJ Nº 61.699.567/0013-26	
Convênios/Contratos	
1222/2011	R\$ 85.100.000,00
Total	85.100.000,00
CNPJ Nº 61.699.567/0014-07	
Convênios/Contratos	
944/2014	R\$ 3.900.000,00
178/2013	1.950.000,00
Total	5.850.000,00
CNPJ Nº 61.699.567/0015-98	
Convênios/Contratos	
001.0500.000.018/2012 TA 01/2014	R\$ 26.581.856,20
Total	26.581.856,20
CNPJ Nº 61.699.567/0016-79	
Convênios/Contratos	
450/2013	R\$ 1.757.796,00
Total	1.757.796,00
CNPJ Nº 61.699.567/0017-50	
Convênios/Contratos	
451/2013	R\$ 950.160,00
1.208/2014	3.621.890,00
Total	4.572.050,00
CNPJ Nº 61.699.567/0020-55	
Convênios/Contratos	
021/2014	R\$ 42.594.271,79
022/2014	1.149.591,24
023/2014	29.841.550,02
023-024/2014	4.413.572,92
025/2014	4.000.000,00
Total	81.998.985,97
CNPJ Nº 61.699.567/0021-36	
Convênios/Contratos	
80/10	R\$ 109.041.204,10
Total	109.041.204,10
CNPJ Nº 61.699.567/0022-17	
Convênios/Contratos	
001.0500.000.096/2013	R\$ 17.001.151,32
001.0500.000.106/2013	850.000,00
Total	17.851.151,32
CNPJ Nº 61.699.567/0023-06	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 01/2009 - A.P.5.3	R\$ 89.889.514,48
Contrato de Gestão 20/2014 - A.P.5.3	24.424.214,88
Total	114.313.729,36
CNPJ Nº 61.699.567/0024-89	
Convênios/Contratos	
001.0500.000.135/2009 TR 01/14	R\$ 136.129.998,00
Total	136.129.998,00
CNPJ Nº 61.699.567/0025-60	
Convênios/Contratos	
001.0500.000.204/2009 - TA 01/2014	R\$ 9.130.768,45
Total	9.130.768,45
CNPJ Nº 61.699.567/0026-40	
Convênios/Contratos	
CONTRATO 187 09º TA/2013	R\$ 1.021.099,12
CONTRATO 187 11º TA/2014	77.727.692,36
Total	78.748.791,48
CNPJ Nº 61.699.567/0027-21	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 008/2010 - UPA'S 5.3	R\$ 40.517.703,19
Total	40.517.703,19
CNPJ Nº 61.699.567/0028-02	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 020/2010 - A.P.3.2	R\$ 82.786.252,38
Total	82.786.252,38
CNPJ Nº 61.699.567/0029-93	
Convênios/Contratos	
TA 01/2013	R\$ 8.774.072,06
Total	8.774.072,06
CNPJ Nº 61.699.567/0030-27	
Convênios/Contratos	
027/2010	R\$ 10.000.609,32
027/2010	182.120,00
027/2010	7.635.683,64
027/2010	500.000,00
Total	18.318.412,96
CNPJ Nº 61.699.567/0031-08	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 007/2008 - Território	R\$ 118.367.091,24
Total	118.367.091,24
CNPJ Nº 61.699.567/0032-99	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 023/2009 P.A/P.S	R\$ 24.409.409,48
Total	24.409.409,48
CNPJ Nº 61.699.567/0033-70	
Convênios/Contratos	
Convênio Nº 327/2010	R\$ 20.546.616,54
Total	20.546.616,54
CNPJ Nº 61.699.567/0034-50	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 021/2010 - UPA Engenho de Dentro	R\$ 13.837.742,57
Total	13.837.742,57
CNPJ Nº 61.699.567/0036-12	
Convênios/Contratos	
001.0500.000.158/2013	R\$ 7.603.704,00
Total	7.603.704,00
CNPJ Nº 61.699.567/0037-01	
Convênios/Contratos	
TA 01/2014	R\$ 9.767.368,00
Total	9.767.368,00
CNPJ Nº 61.699.567/0038-84	
Convênios/Contratos	
S/Nº	R\$ 7.496.718,00
Total	7.496.718,00
CNPJ Nº 61.699.567/0039-65	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 002/2012 - SAMU Santa Catarina	R\$ 84.397.915,20
Total	84.397.915,20
CNPJ Nº 61.699.567/0041-80	
Convênios/Contratos	
CONVÉNIO Nº 623/2014	R\$ 401.680,00
Total	401.680,00
CNPJ Nº 61.699.567/0042-60	
Convênios/Contratos	
Termo Aditivo 012/2012 - Hospital Benedito Montenegro	R\$ 37.130.612,17
Total	37.130.612,17
CNPJ Nº 61.699.567/0043-41	
Convênios/Contratos	
S-90001-2013	R\$ 55.537.323,91
Total	55.537.323,91
CNPJ Nº 61.699.567/0044-22	
Convênios/Contratos	
Termo de Contrato Nº 024/2013	R\$ 9.513.287,66
Termo de Contrato Nº 070/2013	8.233.996,01
Total	17.747.283,67
CNPJ Nº 61.699.567/0045-03	
Convênios/Contratos	
173/2013	R\$ 1.323.136,26
1.330/2014	2.660.958,50
173/2013	404.050,95
Total	4.388.145,71
CNPJ Nº 61.699.567/0046-94	
Convênios/Contratos	
Contrato de Gestão 01/2013-Hospital Regional de Araranguá	R\$ 40.014.980,25
Total	40.014.980,25

continuação

do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSV), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvética (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social, além das unidades do Programa de

Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão as unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23/04/2.015. Prof. Dr. **Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal

reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:

Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Hospital Municipal Vereador José Storópoli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemiro Leão Carneiro de Überlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistencial Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa

Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSV), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvética (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social, além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão as unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi. Prof. Dr. Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Asso-

ciação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2014, e

as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas ex-

plícativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião

sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasilei-

ras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que

a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para ob-

ter evidência de respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os proce-

dimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor

considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins

de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela ad-

ministração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acredita-

mos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre

as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequa-

damente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para

o Desenvolvimento da Medicina em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para

o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Ênfase: Conforme itens

3.14, 05 e 07 das Notas Explicativas, a Entidade vem apresentando déficits consecutivos nos últimos exercícios,

resultando na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo". As Demonstrações Contábeis deste exercício foram

preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. A Entidade continua com os esforços

para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio social e da busca de uma maior eficiência opera-

cional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade

normal de suas atividades. 6) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demons-

tração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, como informação suplementar pelas

IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de

auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspec-

tos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 17/03/2015. Auditores

Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/

O- 3 - CNAI - SP - 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O- 0 - CNAI - SP - 1620.